AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/302 (X)

RELATÓRIO DO SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO DO SECTOR PRIVADO

RELATÓRIO DO SEGUNDO FÓRUM PAN-AFRICANO DO SECTOR PRIVADO

1. A Comissão organizou o Segundo Fórum da UA para o Sector Privado, que aconteceu em Cairo, Egipto, de 28 a 30 de Novembro de 2006. O tema retido para este Fórum foi "Habilitar o Sector Privado e Promover o FABRICADO EM ÁFRICA".

2. O objectivo do Fórum foi de envolver a comunidade empresarial no desenvolvimento do sector privado Africano e na promoção do comércio intra-Africano, através da promoção dos produtos FABRICADOS EM ÁFRICA. O resultado chave esperado foi o Plano de Acção para o desenvolvimento do sector privado em África.

3. As discussões durante o Fórum centraram-se em torno de temas tais como o incremento do comércio intra-Africano para os produtos Africanos, o papel dos meios de comunicação na promoção dos produtos FABRICADOS EM ÁFRICA, o papel das mulheres empresárias Africanas e do sector informal, o uso da ciência e da tecnologia como instrumentos de diversificação, o fortalecimento e a competitividade dos produtos Africanos, as oportunidades de investimento em África, o financiamento do sector privado Africano, o apoio às PMEs (Pequenas e Médias Empresas) bem como o papel da micro finança em África, a promoção de parcerias público-privado (PPPs) e o reforço económico do sector privado Africano, incluindo as mulheres.

4. No que concerne o ***Aumento do Comércio Intra-africano de produtos Africanos***, vários obstáculos chaves ao comércio intra-africano foram realçados, dos quais figuram a falta de diversificação do produto, a burocracia e a corrupção, o défice de infra-estrutura, os custos elevados de transporte, as questões ligadas aos padrões, a garantia de qualidade, a certificação e a metrologia, as medidas sanitárias e fitossanitárias bem como os outros obstáculos ao comércio. O Fórum recomendou a eliminação de todas as barreiras e apelou aos Governos no sentido de criarem um ambiente conducente ao desenvolvimento do sector privado e a implementarem os acordos comerciais assinados pelos Estados-membros da União Africana e pelas Comunidades Económicas Regionais (CERs), aumentar o apoio financeiro e tudo fazer para que o sector privado se transforme em associações fortes e consolidadas. A carência de informação sobre o que é que a África produz e as respectivas capacidades figuram como constrangimentos de certo pendor.

5. Relativamente ao ***Papel dos Media na promoção do FABRICADO EM AFRICA***, o Fórum observou que havia uma percepção de que os produtos e os serviços fabricados em África estavam dotados de fraca qualidade e portanto inferiores aos produtos importados do Ocidente. O Fórum alertou aos média sobre a necessidade para mudarem esta percepção através da promoção intensiva dos produtos Africanos e para conferirem uma imagem positiva do continente. Ao sector privado cabe de igual modo disponibilizar um orçamento para a comercialização dos seus produtos em África. A necessidade de se profissionalizar os profissionais da comunicação no relato dos assuntos económicos e de desenvolvimento foi também enfatizada.

6. No que tange o **papel *das mulheres Africanas empresárias e o sector informal***, o Fórum constatou que na maioria dos países Africanos o sector informal é o meio de subsistência de acima de 70% da população e que 90% dos operadores do sector informal são mulheres. Foi também realçado o facto da actividade empresarial do sector informal gerar inovação, injectar pressões competitivas e formar as bases para um desenvolvimento económico abrangente. A este respeito, o Fórum debruçou-se sobre a necessidade de interligar as estratégias e os planos de acção para o desenvolvimento do sector privado ao desenvolvimento do sector informal e de levantar os obstáculos maiores ao crescimento do sector informal e às mulheres empresárias. O Fórum recomendou o uso de tecnologia adequada e acessível, mais acesso ao crédito, formalização do sector informal através do crescimento, do reforço de capacidade das mulheres empresárias, e da interligação das estratégias informais de desenvolvimento de sector informal com os planos gerais de desenvolvimento. A necessidade para as grandes empresas de se engajarem no sector informal como fonte de inserção e outros apoios foi também evocada.

7. Com referência ao ***uso da ciência e da tecnologia como ferramentas de diversificação e de reforço da competitividade dos produtos Africanos***, o Fórum anotou que para se incrementar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos aumentando desta feita a gama de produtos produzidos em África, seria necessária a adopção de novas tecnologias. A necessidade para o público de assimilar a ciência e de criar um quadro para a divulgação da ciência e do uso da tecnologia foi realçada. O Fórum anotou que as afectações do Governo para a pesquisa, o desenvolvimento, a ciência e a tecnologia estiveram deveras limitadas.
A este respeito, o Fórum recomendou aos Governos para aumentarem as suas verbas orçamentais para a pesquisa, o desenvolvimento, a ciência e a tecnologia, e de criarem as condições propícias ao investimento privado nesta área, e que a Comissão da União Africana e a NEPAD deveriam colocar em rede todas as instituições Africanas vocacionadas para a ciência e a tecnologia, com vista a partilhar informação sobre a pesquisa e as inovações.

8. No respeitante às ***Oportunidades de Investimento em África***, o Fórum observou que apesar da África ter inúmeros recursos naturais e do facto do investimento em África ter altos retornos, os níveis de investimento tanto domésticos como estrangeiros mantêm-se muito aquém das expectativas. Entre os desafios constam a sustentabilidade da estabilidade macro-económica, a criação de legislação de segurança e de direitos de propriedade intelectual e de execução de leis e regulamentos. Foram identificadas oportunidades em vários sectores, a saber: energia, infra-estrutura, água, agricultura, agro-indústria, fabricação, exploração mineira, hospitalidade e turismo virado para os serviços. O Fórum recomendou aos Governos para criarem políticas impulsionadoras de desenvolvimento industrial na abordagem das questões sobre a corrupção, para fortalecerem as capacidades locais e empresarias em iniciativas de desenvolvimento, incluindo a formação, a preparação e a concepção de propostas de projecto financiáveis.

9. No tocante ao ***Financiamento do Sector Privado Africano***, o Fórum acolheu favoravelmente as iniciativas e as facilidades colocadas à disposição do sector privado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nomeadamente as duas facilidades de empréstimos e as áreas de apoio ao sector privado, nos domínios de

reformas políticas, assistência directa ao investimento, apoio técnico, assessoria bem como o apoio institucional. O Fórum recomendou a criação de consórcios para o financiamento de actividades especificas, a criação de planos de crédito de garantia, e a instauração de políticas institucionais, de reformas políticas fiscais e monetárias, no intuito de melhorar o acesso ao crédito por parte do sector privado.

10. No que diz respeito à promoção de parcerias ***Publico-Privado (PPPs)*****,** o Fórum observou os desafios e as exigências dos Governos em disponibilizar os produtos de consumo publico à luz dos constrangimentos a nível dos recursos. Foi de igual modo debatida a forma como as PPPs podem ser usadas como ferramentas eficientes no fornecimento dos serviços públicos tais como os serviços sociais, a infra-estrutura e as TICs. O Fórum recomendou, entre outros, que a Comissão da União Africana e a NEPAD emulassem alguns modelos de PPPs bem sucedidos na Ásia, e que os Governos integrassem as PPPs nos seus planos económicos gerais.

11. Relativamente ao apoio ao ***Desenvolvimento das PMEs em África***, o Fórum debateu a natureza multi-dimensional da pobreza em África e a forma como a micro-finança e o desenvolvimento das PMEs podem ser mais-valias no combate à pobreza. Anotou que a micro-finança ajuda na criação de postos de trabalho, conducentes a maiores rendimentos e à melhoria do activo, entre outros. O Fórum realçou a necessidade de facilitar o crescimento das micro-finanças e dos serviços de apoio às PMEs. Neste particular, o Fórum recomendou que os Governos criassem ambientes propiciadores de crescimento das instituições de micro-finanças, e que procedessem às emendas legislativas bancárias onde necessário. Também foi sugerido que a União Africana considerasse o reforço da capacidade de financiamento para os programas e as redes de pequenas, médias e micro empresas.

12. No concernente ao **fortalecimento *económico do sector privado Africano, incluindo as mulheres,*** constatou-se que alguns dos desafios com os quais o sector privado estava confrontado incluíam a falta de sustentabilidade da estabilidade macro-económica, a incompatibilidade política e a incoerência, a instabilidade social e política, e os problemas a nível das infra-estruturas. O Fórum recomendou aos Governos para ultrapassarem estes desafios e para que acções específicas fossem tomadas pelos Governos, pelo sector privado e pelos consumidores para erguerem a confidencia e a confiança. Para se construir um sector privado com uma base sólida, o Fórum recomendou que a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica para a África avaliassem as possibilidades de criação de instituições para a formação dos empresários Africanos.

13. O Fórum preparou uma Matriz de Plano de Acção, que apresenta em linhas gerais os vários assuntos, os elementos chaves de cada temática, a acção necessária, os principais actores para cada acção bem como o horizonte temporal. A Comissão em consulta com o sector privado e as Comunidades Económicas Regionais irão melhorar a matriz.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/302 (X)
Anexo

RELATÓRIO FINAL DO SEGUNDO FÓRUM DA UNIÃO AFRICANA PARA O SECTOR PRIVADO

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-
org

SEGUNDO FÓRUM DA UNIÃO AFRICANA
PARA O SECTOR PRIVADO
28 – 30 de Novembro de 2006
Cairo, Egipto

Au/Pvt Sector/ Rpt/II

RELATÓRIO FINAL

RELATÓRIO FINAL

I. Introdução

1. O Fórum da União Africana para o Sector Privado decorreu no Cairo, Egipto entre 28 e 30 de Novembro de 2006. O tema do Fórum foi "Fortalecimento do Sector Privado e do FABRICADO EM ÁFRICA". A Associação das Mulheres Empresárias Egípcias acolheu o Fórum que contou com a presença de empresários oriundos de vários países Africanos bem como a Diáspora. Vide lista de participantes em anexo.

II. Cerimónia de Abertura

2. A cerimónia de abertura foi presidida pelo Director dos Assuntos Económicos, Dr. Rene N'Guettia Kouassi da Comissão da União Africana (CUA). A alocução de abertura foi feita por S.E. Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana. A abertura oficial do Fórum foi igualmente precedida pela Dra. Amany Asfour, Presidente da Federação Africana das Mulheres Empresárias Egípcias, pelo Dr Zainab Safar, Conselheiro Nacional das Mulheres em Egipto e por S.E. Embaixador Taher Farahat, Vice-Ministro Adjunto para os Assuntos Africanos da República de Egipto.

3. No decurso da sua alocução, a Dra. Asfour indicou que o Fórum contava com a presença de representantes da comunidade empresarial da África e da Diáspora. Indicou que o tema do Fórum "Fortalecimento do Sector Privado Africano e Promoção do FABRICADO EM ÁFRICA" tinha sido especialmente destacado para tratar os desafios mais gritantes. Observou que África é um dos continentes mais ricos em termos de dotações de recursos naturais, ainda que o mais pobre de todos os continentes. Realçou a necessidade de aumentar o comércio intra-africano, de definir o papel do sector privado no desenvolvimento, de habilitar o sector privado e de incentivar as parcerias entre o sector privado Africano e finalmente de conceber um plano de acção para o dito sector.

4. Na sua declaração, o Dr. Maxwell M. Mkwezalamba apresentou o histórico da organização do Fórum. Salientou que o Fórum foi realizado com base na tomada de consciência do papel charneira do sector privado no desenvolvimento e na integração da África pelos Chefes de Estado e de Governo da África, bem como na decisão emanada da reunião que teve lugar em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005, para institucionalizar o Sector Privado da União Africana, como parte das estruturas da UA. A Assembleia também concordou que o Fórum seria organizado anualmente. Salientou que o Fórum serve de interface entre os decisores Africanos e o sector privado e tem a premissa de promover a integração continental através do engajamento da comunidade empresarial Africana na implementação do plano estratégico e da agenda Africana de desenvolvimento geral, incluindo a Nova Parceria para Desenvolvimento de África (NEPAD).

5. Realçou de igual modo que o Fórum proporciona uma plataforma conducente ao diálogo e à troca de informação negocial e de experiências para a promoção do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas. Estes esforços visam ajudar o continente a alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs). O mesmo sublinhou o compromisso da CUA em continuar a apoiar o sector

privado nos seus esforços de interacção com os Governos e a consciencialização sobre os desafios subjacentes ao comércio em África e à promoção dos produtos Africanos. Acrescentou que a criação de um ambiente favorável exigirá reforma nas seguintes áreas: políticas macro-económicas, regulação, sistema judicial, políticas de concorrência, políticas comerciais, bem como o desenvolvimento de infra-estruturas.

6. Durante a sua locução de abertura, a Dra. Zainab Safar, também frisou a experiência do Egipto em mobilizar o sector privado e a sua interacção com o Governo e os outros decisores políticos. Ela destacou o papel de mulheres nas várias instalações criadas para ajudar as mulheres empresárias.

7. Sua Excelência, Sr. Taher Farahat, o Vice-Ministro Adjunto para os Assuntos Africanos foi também orador durante o Fórum. Apresentou as boas-vindas a todos os participantes ao Egipto e ao Cairo em particular. Classificou a temática do Fórum como sendo de importância capital para a mudança de mentalidade das pessoas e como uma mais-valia para os produtos Africanos. Realçou a necessidade da comunidade empresarial trabalhar conjuntamente com os Governos nos esforços de promoção ao consumo de produtos Africanos, o que iria aumentar não só o comércio intra-africano mas também o comércio em África e com o mundo.

8. Saudou o empenho dos Governos Africanos na prosperidade do comércio em África para que a África venha a ocupar o seu lugar legítimo na economia global. Finalmente declarou a abertura oficial do Fórum.

III. O Incremento do Comércio Intra-africano para os Produtos Africanos

9. O representante do Secretariado da NEPAD, na sua apresentação fez uma resenha sobre a forma como a NEPAD concebeu os seus princípios e objectivos importantes. Estes incluem assegurar que o continente alcance os OMDs; promover a integração sub-regional e continental; fomentar a parceria na implementação do programa da NEPAD (sector privado, sociedade civil e CERs); e estabelecer parcerias com os países industrializados e as organizações multilaterais..

10. Mereceram destaque os obstáculos maiores ao comércio intra-africano, nomeadamente:

- Falta de diversificação de produtos;
- Agravamento dos índices tarifários
- Burocracia e corrupção ;
- Fracos incentivos ;
- Ausência de informação sobre os produtos disponíveis e produzidos em África;
- Barreiras ao Comércio ;
- Custos elevados de transporte;
- Bloqueios rodoviários e engarrafamentos ;
- Défice infraestrutural;
- Ausência de Dinâmica competitiva ;
- Qualidade dos produtos ;
- Ausência de implementação de iniciativas e acordos comerciais;

11. Sublinhou o facto do comércio intra-africano ser muito baixo, 13% do total do comércio africano comparado com as outras regiões tal como NAFTA com 52%. Frisou que em algumas CERs o comércio intra-regional era relativamente alto, tendo em vista a execução dos acordos comerciais. Realçou a necessidade do sector privado ser mais receptivo à integração regional e ao comércio regional através da inovação; do reforço de capacidade; do investimento nas telecomunicações e transportes; do fortalecimento da parceria/colaboração público privada; do apoio empresarial e institucional como meios de promoção de maior comércio dos produtos Africanos. No que concerne os Governos, enfatizou a necessidade de eliminar todas as barreiras ao comércio principalmente nas vertentes eliminação de corrupção e burocracia.

Aspectos veiculados durante as Discussões

11. Os participantes levantaram certas questões durante o debate, a saber :

- Necessidade de criar um clima favorável ao negocio ;
- Necessidade de criar e/ou reforçar a capacidade das unidades de sector privado nas CERs para a promoção e desenvolvimento do sector privado ;
- A UA deveria esboçar uma estratégia de integração geral da Diáspora e mobilizar os seus recursos para o desenvolvimento da África;
- Promover a diversificação e a competitividade dos produtos Africanos ;
- Eliminar todas as barreiras ao comércio ;
- Promover os aspectos positivos da África ;
- Organizar o sector Privado e torná-lo mais agressivo, proactivo, e focalizado ;
- Melhorar a difusão da informação ; e
- Apelar para a paz e a segurança em África.

Recomendações

13. O Fórum teceu as seguintes recomendações :

- Aconselhar os Governos a criarem um clima favorável ao desenvolvimento do sector privado; (habilitar o sector privado, reforçar a sua capacidade, proceder à integração do comércio sub-regional, eliminar as barreiras ao comércio, simplificar os procedimentos aduaneiros, facilitar a circulação dos homens de negócio e dos serviços);
- Apelar ao apoio financeiro acrescido para o sector privado e habilitá-lo para a diversificação dos produtos produzidos em África ;
- O Sector privado deverá incrementar o grau de consciência e de informação sobre aquilo que é produzido em cada país ;

- O Sector privado deverá organizar-se em associações fortes e focalizadas aos níveis nacional, regional e continental ;
- A UA deverá conceber uma estratégia de integração geral da Diáspora e mobilizar os seus recursos para o desenvolvimento da África;

III. O papel dos meios de comunicação na promoção do FACBRICADO EM ÁFRICA

14. A Presidente da Associação Egípcia das Mulheres Empresárias abarcou alguns aspectos que se prendem com a forma como os medias podem desempenhar um papel vital na promoção do FABRICADO EM ÁFRICA. Indicou que isso poderia ser alcançado através dos meios de comunicação áudio, de publicidades, programas de TV, diários, jornais e TICs. No que concerne o alcance da habilidade económica, ela realçou a necessidade de habilitar o sector privado, desenvolver os produtos Africanos, motivar as pessoas para o uso dos produtos Africanos, sensibilizar os líderes africanos, construir infra-estruturas, aumentar o comércio intra-africano e aceder ao mercado global. Enfatizou igualmente o uso do comércio electrónico como um instrumento de disseminação da informação.

Aspectos evocados Durante o Debate

15. O Fórum evocou os seguintes aspectos :

- A Marca dos Produtos Africanos e permitir aos media para promoverem tais marcas de produtos;
- O uso de tecnologia de ponta na promoção do fabricado em África ;
- Reforçar a capacidade dos profissionais dos medias para a promoção eficaz do Fabricado em África ;
- Uso de sistemas básicos de difusão de informação ; e
- Tirar o maior proveito das evoluções ao nível das TICs incluindo o comercio electrónico .

Recomendações

16. O Fórum da União Africana para o Sector Privado fez as seguintes recomendações:

- Apelar às instituições privadas e publicas dos órgãos de comunicação para reforçarem a capacidade dos seus profissionais no que concerne o relato sobre as evoluções positivas em África e promover o Fabricado em África através da formação ;
- A África no seu todo deverá lançar-se na promoção do seu mercado de forma adequada;
- O sector privado deverá afectar um orçamento para a promoção do seu mercado e dos seus produtos respectivos;

- Os médias privado e publico deverão sensibilizar o público para mudar a sua percepção sobre os produtos fabricados em África;

V. O papel das mulheres Africanas empresárias e o sector informal

17. A Presidente da Associação das Mulheres Empresárias de Gana sublinhou a importância crucial das mulheres empresárias em promover os produtos fabricados em África. Indicou que a actividade empresarial do sector privado injecta inovação, pressões competitivas, e forma as bases para um desenvolvimento económico abrangente. Observou que as mulheres Africanas empresárias têm uma tradição acumulada de vários anos de empresariado. Assim sendo, qualquer plano de acção que vise habilitar o sector privado sem a sua relação com o desenvolvimento gigantesco do sector produtivo informal seria um fracasso para o alcance das metas almejadas. Acrescentou que as mulheres que representam acima de metade da população Africana, são as que operam no sector informal, cultivando os cereais de consumo e a maioria dos nossos principias produtos alimentícios, mas são amiúde ignoradas e isto conduz à falta de visão sobre a sua contribuição para o desenvolvimento sócio económico do continente.

18. Citou de igual modo a escassez dos produtos; embalagem pouco atractiva e entrega ineficiente; frequente demanda e procura de produtos melhorados, de baixo custo e inovativos; acesso limitado ao subsidiário e por conseguinte acesso ao crédito limitado para a expansão do negócio figuram como problemas chaves do desenvolvimento, com os quais o sector informal e as mulheres estão confrontados.

Aspectos frisados Durante o Debate

19. O Fórum frisou os seguintes aspectos:

- Incentivar as mulheres à participação nas decisões políticas ;
- Estimular as mulheres para falarem de uma só voz afim de promover a unidade e a prosperidade a nível do negócio ;
- Apoiar o papel das organizações de mulheres - para evitar a duplicação de esforços;
- Viabilizar o acesso ao crédito;
- Formalizar o sector informal; e o
- Uso da tecnologia.

Recomendações

20. Foram tecidas as seguintes recomendações :

- Incentivar as mulheres empresárias para o uso de tecnologia adequada e acessível, afim de incrementar maior competitividade;
- Definir as áreas prioritárias para a promoção dos produtos Africanos;
- Formalizar o sector informal de produção; e
- Reforçar a capacidade das mulheres empresárias.

VI. O Uso da ciência e da tecnologia como instrumento de diversificação e de fortalecimento da competitividade dos produtos Africanos

21. A Presidente da Associação das Mulheres Empresárias Egípcias traçou o quadro da origem da ciência e da tecnologia e citou exemplos emanados de África. Realçou a necessidade para o público de assimilar a ciência e de desenvolver uma estrutura de divulgação da ciência e do uso da tecnologia. Os Governos devem adoptar as políticas e as estratégias para a ciência em colaboração com a comunidade empresarial.

22. Concluiu referindo-se ao factor de produção, a embalagem, ao preçário, a divulgação, ao pagamento, ao envio (entrega aos clientes), e que a paciência e controle são os desafios a serem encarados, pois investir na ciência e na tecnologia tornam-se essenciais para o desenvolvimento do sector privado.

Aspectos realçados

23. O Fórum levantou as seguintes questões:

- Dificuldade na documentação sobre o que já existe no tocante às evoluções da ciência e da tecnologia em África ;
- A UA, a NEPAD e os outros órgãos precisam de levar a cabo uma avaliação sobre o que já existe no tocante à ciência e à tecnologia para que os recentes acontecimentos se baseiam em factos históricos;
- A temática da partilha de informação sobre a ciência e a tecnologia; e
- A Incapacidade dos Governos para o financiamento da pesquisa do desenvolvimento, da ciência e da tecnologia.

Recomendações

24. Da reunião foram emanadas as seguintes recomendações:

- Os Governos deverão incrementar as suas afectações orçamentais para a P&D (Pesquisa e o Desenvolvimento) ciência e tecnologia;
- Os Governos Africanos deverão criar um ambiente favorável ao investimento na P&D, ciência e tecnologia por parte do sector privado;
- A CUA e a NEPAD deveriam interligar as instituições vocacionadas para a ciência e a tecnologia em África, afim de facilitarem a troca de informação ;
- Promover o uso do conhecimento cientifico e tecnológico nos processos de produção;
- Fazer o uso do conhecimento tradicional ao invés de depender da tecnologia exótica (problemas de concepção);

- A UA, as CERs, a CEA e o BAD deveriam adoptar as medidas consentâneas que visam reforçar a capacidade dos decisores políticos nos domínios da ciência e da tecnologia ; e
- Os Governos deveriam integrar a ciência e a tecnologia nos currículos de ensino secundário e terciário.

VI. Oportunidades de investimento

25. O representante da Comissão da União Africana reiterou que o investimento apoia a criação de postos de emprego, a nova tecnologia, os serviços melhorados e aumenta a prosperidade e muitos países Africanos tem vindo a empreender reformas económicas fundamentais com o fito de melhorar o clima de investimento. Esforços semelhantes incluindo o acesso ao crédito vem sendo empreendidos pelas Comunidades Económicas Regionais. Forneceu informação estatística para elucidar o seu argumento. Sublinhou que o clima de investimento em África tem melhorado nas últimas meia - décadas e que a estabilidade macro-económica tornou-se uma constante na maioria dos países com baixas taxas de inflação e fracos défices orçamentais e taxas sustentáveis de serviço de dívida. Acrescentou igualmente que tem-se registado melhorias consideráveis na provisão de infra-estrutura, de telecomunicação, e no alcance da estabilidade política e dos assuntos de governação .

26. Embora o clima de investimento tenha vindo a crescer consideravelmente, ele reiterou que subsistem desafios que carecem de uma abordagem tal como a incapacidade de apoiar a estabilidade macro-económica, de instaurar os regulamentos adequados de segurança, os direitos de propriedade intelectual e o investimento, o aprofundamento dos requisitos de governação pública e empresarial e as percepções para o risco entre outros.

27. O representante da CUA colocou a questão relativa ao que a África tem para oferecer ao mundo. Sublinhou o facto que a África tem muito para oferecer para o investimento em vários sectores, tendo em conta o seu efeito multiplicador do clima de investimento, a dotação de recursos naturais que necessitam ser explorados, os recursos de energia, as inúmeras oportunidades de investimento em serviços de acolhimento e a indústria de turismo bem como o sector industrial no continente entre outros.

28. Concluiu mencionando que a África está dotada não só de oportunidades como de desafios e que a comunidade de negócios precisa tirar proveito das novas evoluções e das oportunidades e atrair mais investimento para a África. Isto irá impulsionar a economia Africana na sua marcha para o alcance dos OMDs.

Aspectos evocados

29. Foram levantadas as seguintes questões:

- O problema dos Conflitos no Continente;
- Os problemas de governação e de corrupção ;
- A necessidade de paz, segurança, e estabilidade; e a

- Ausência de financiamento para os projectos financiáveis .

Recomendações

30. A reunião frisou as seguintes recomendações :

- Os Governos Africanos devem implementar as políticas de incentivo ao desenvolvimento industrial;
- O problema da corrupção a todos os níveis deverá ser tratada pelos Governos;
- A África deverá investir nos empresários locais e convidar a Diáspora para apoiar o processo; e
- A UA, o BAD, a CEA e as CERs deveriam reforçar a capacidade dos empresários para conceber projectos de financiamento financiáveis e as instituições financeiras deveriam apoiar os empresários na preparação dos ditos projectos .

VII. Financiamento do Sector Privado Africano

31 O representante do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) realçou o papel do Banco como sendo de ajudar os Governos a criarem um ambiente favorável; de desempenharem o papel de catalisador da promoção para o investimento de percepção de análise dos riscos e de actuar como um financeiro, um conselheiro e sócio na mobilização de parceiros públicos e privados para resolver os problemas subjacentes ao desenvolvimento. Indicou que o objectivo geral é de reduzir a pobreza em África. Acrescentou que o Banco tem duas janelas de empréstimo que são Operações de Garantias soberanas (projectos do sector público através de acordos em termos Concessionários) e Operações de Garantias não-soberanas. Salientou as áreas abrangidas pelo Sector Privado do BAD , a saber:

- Reformas políticas, criação de um clima favorável ao negócio;
- Apoio financeiro directo (empréstimos, equidade, garantias etc.);
- Assistência técnica e assessoria (privatização, desenvolvimento de mercados de capital, promoção do FDI); e
- Apoio institucional para o sector privado.

32. Ela também trouxe à luz exemplos de vários projectos que o BAD tem em carteira e que continua a apoiar o sector privado em vários países Africanos.

Aspectos evocados

33. Foram seguintes os aspectos evocados:

- Problema do custo e da inadequação do financiamento em África (recursos Locais para os bancos Locais que são limitados e os custos do empréstimo bancário muito elevados);

- Os Governos oferecem incentivos generosos às empresas públicas e isso minimiza a capacidade do sector privado ;
- Os Governos deveriam lançar-se na cobrança de mais impostos junto do sector privado;
- Os Governos competem com o sector privado no mercado financeiro ;
- Condições de empréstimo desfavoráveis (subsidiárias de garantia adicional);
- A fraca taxa de poupança no Continente; e
- Mercados de capital subdesenvolvido .

34. O representante da Comissão Europeia (CE) forneceu a seguinte informação no que concerne o apoio ao desenvolvimento do sector privado em África:

- Reforma do quadro regulamentar nomeadamente através do diálogo com a tónica no apoio orçamental .

- Através de programas específicos, tais como as facilidades para um Ambiente favorável para o Sector Privado (mais conhecido por "Biz Clim"). Esta nova facilidade que abrange todos os países da ACP pode disponibilizar o apoio para os estudos e a assistência técnica, inter-alia, no que tange a mudança do quadro regulamentar ou a melhoria do ambiente de negócios .

- Através duma proposta de contribuição para a Facilidade de Ambiente de Negócios (ICF), uma parceira público-privada inovadora que criará um Fundo Fiduciário a ser utilizado para a melhoria do clima de negócios em África. Irá centrar as suas acções nos países partes do Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARP) .

- Apoiar e disponibilizar o apoio técnico às companhias (especialmente as PMEs) e as instituições intermédias (profissionais e organizações do sector):

  - através do Centro para o Desenvolvimento das Empresas (CDE), que está dotada de escritórios nacionais e regionais;

  - uso de programas específicos tais como ProEInvest (ACP-wide) e ESIPP (EU-SADC Programa de Promoção ao Investimento);

- Equidade ou empréstimos directos através do Banco Europeu de Investimento (CEIB), dotado de escritórios regionais em África;

- Através da Facilidade de Investimento, criar à luz do Acordo de Cotonou, projectos alvos ou programas com objectivos de desenvolvimento bem cimentados. O sistema de empréstimos gerais através de intermediários financeiros, com a premissa de incentivar mais empreendedores e mais prestação de capital, em direcção às PMEs em particular;

- a partir dos recursos próprios do EIB's; e

- a partir do Fundo Fiduciário da Infra-estrutura que está sendo criado com base na Parceria Europa-África para a Infra-estrutura, com contribuições por parte da Comissão Europeia, do EIB e de certos Estados-membros da UE.

Recomendações:

35. Foram feitas as seguintes recomendações:

- Os Bancos e as outras instituições financeiras deveriam organizar-se em consórcios para financiarem algumas actividades específicas;
- Criação de fundos especiais para o financiamento de certas actividades - contributo público;
- Os Governos ou os Bancos Centrais deveriam garantir os créditos estrangeiros oferecidos aos locais;
- O sector Privado deveria ser autorizado a usufruir do fundo a partir das instituições internacionais dotadas de facilidades de financiamento ;
- Reforma institucional, reforma política, reforma tributária, revisão das políticas fiscais e monetárias ;
- O sector privado deveria empregar pessoal capacitado ;
- O Banco local deve incorporar o uso da tecnologia moderna;
- Criar serviços especializados para as PMEs; e
- Conceder apoio institucional aos bancos por parte do BAD.

VIII. Promoção da Parceria Público-Privada

36. O representante da Comissão Económica para África (CEA) apresentou o tema sobre a promoção de Parcerias Público-Privada (PPPs). Focalizou a definição do conceito de PPPs, quando e porquê ter PPPs. Definiu as PPPs como um capital de risco cooperativo entre os sectores público e privado no fornecimento da perícia por parte de cada parceiro, o qual está confrontado com as necessidades claramente definidas pelo público através da atribuição adequada de recursos, riscos e recompensas. Sublinhou que existem desafios e exigências por parte dos Governos no sentido de fornecer num certo número de produtos de consumo público. Embora, os Governos estejam todavia reticentes quanto a estes desafios, subsiste a necessidade de estabelecer parcerias com o sector privado.

37. Realçou a necessidade para cooperar nas seguintes áreas chaves: serviços sociais (água e saneamento; mais pressão sobre os aspectos da política de saúde e educação); infra-estrutura e TIC.

38. Apresentou alguns casos bem sucedidos alcançados em África através das PPPs cujos êxitos advêm da implementação de estratégias optimizadas; da eficácia das PPP e da gestão eficiente. Por último, frisou as modalidades (pilares) com base nas quais as PPPs podem operar de forma eficientemente e eficaz. Trata-se de planos artesanais; de oportunidade exacta; de escolha de parceria acertada e de garantia de sustentabilidade financeira .

Aspectos realçados:

39. Foram seguintes os aspectos mencionados:

- A vontade política é o factor chave para o sucesso das PPPs; e
- A transparência é também crucial para as PPPs;

Recomendações

40. O Fórum teceu as considerações que se seguem:

- A CUA/NEPAD deveriam considerar a experiência de alguns modelos Asiáticos de PPPs, e colher os ensinamentos deles advenientes para a implementação das PPPs em África;
- Os Governos deveriam ter critérios claros para a integração das PPPs nos seus planos de desenvolvimento económicos; e
- Os Governos deveriam fazer disso um requisito para os vencedores de contratos de PPPs, afim de fazer uso dos serviços das PMEs.

IX. Apoiar o desenvolvimento das PMEs e o papel da micro-finança em África

41. O representante do INAFI África iniciou a sua apresentação sobre este tema crucial afirmando que a pobreza em África é multi-dimensional e complexa pela sua natureza e alcance, que exigem soluções multifacetadas para a sua eliminação. A pobreza por todo o continente manifesta-se por factores tais como fracos níveis de aptidão literária, acesso limitado aos recursos, deficientes serviços de saúde e de educação, e elevados níveis de desemprego no seio da faixa de população produtiva. Contudo, não existe uma estratégia ou uma abordagem para resolver os problemas ligados à pobreza. Nos últimos 20 anos, no entanto, o fornecimento de serviços financeiros a esta camada pobre de população – principalmente composta pelas pequenas médias e micro empresas (PMMEs) foi considerado como um instrumento importante de redução de pobreza.

42. Embora a micro finança não seja uma panaceia para a pobreza e os desafios conexos do desenvolvimento, é e continua a desempenhar um papel de relevo nas seguintes áreas chaves: criação de oportunidades de emprego conducentes ao aumento de rendimentos, de activo e de redução de vulnerabilidade entre os pobres; niveis melhorados de ensino, pois as pessoas pobres tem maior propensão para matricularem as suas crianças nas escolas; promoção de igualdade do género e habilitação das mulheres pelo aumento da sua contribuição para o rendimento doméstico, aquisição de activos, e controle das decisões que afectam as suas vidas; e redução da mortalidade infantil, saúde materna melhorada e nutrição, habitação para os pobres. Todos estes impactos sociais e económicos positivos do desenvolvimento das PMEs através das micro finanças encontram-se em sintonia com as metas globais de desenvolvimento do milénio e do continente são por conseguinte parte da missão da União Africana.

Aspectos realçados

43. O fornecimento de serviços financeiros aos pobres todavia está confrontado com inúmeros desafios. Esses são parte dos aspectos frisados durante as discussões, a saber:

- A característica peculiar das PMEs especialmente no que toca a ausência de registo de negócios. Isso levou a que as instituições financeiras formais não fornecessem os serviços financeiros ao sector .
- A limitação em termos de fundos de capital e fontes para as MFIs e a escassez de pessoal experiente e qualificado para avaliar e gerir os créditos de risco.
- O quadro dos constrangimentos de pendor macro económico e legal e a pobreza das infra-estruturas, que inibem o crescimento do sector.
- A fraca capacidade empresarial e de gestão por parte duma clientela alvo, que não se encontra devidamente definida no continente.

Recomendações

44. São seguintes as recomendações aludidas:

- Os Governos precisam de rever e de criar um ambiente condigno e favorável às políticas (legais, sócio-económicas, e fiscais).
- Os Governos devem operar as mudanças nos seus Actos Bancários, afim de permitir a corrente dominante da micro finança nos seus sistemas financeiros nacionais .
- O estabelecimento em rede, a transparência e a unidade no seio do sector privado das PMEs – deveriam ser incentivados a falarem de uma só voz.
- A União Africana deve considerar o financiamento dos programas e das redes de PMEs para fortalecer a sua capacidade e propiciar o seu crescimento.

X. A Habilitação Económica do Sector Privado Africano, incluindo as mulheres

45. O representante da CUA definiu a habilitação como dotar-se de capacidade para agir e implementar e reiterou que ter capacidades significa dotar-se de meios para agir, de ferramentas necessárias para agir desabrochar algo novo ou gerar riqueza ou mais-valia no meio original.

46. No papel do sector privado, ele sublinhou a sua importância em acelerar o crescimento económico, gerar riqueza, criar o emprego e investir em infra-estrutura, na educação e na saúde entre outros, Realçou que ao habilitar-se o sector privado, o Governo, os consumidores e sector privado são os actores chaves.

47. Desde que o sector privado desempenhe um papel de relevo no desenvolvimento económico, subsistem também desafios subjacentes a estes que são a falta de estabilidade macro económica sustentada; a inconsistência e a incoerência políticas; a instabilidade política e social em alguns países; os

constrangimentos do acesso ao mercado e o estado das infra-estruturas; o acesso limitado aos recursos financeiros para o investimento etc.

48. A título de conclusão dissertou sobre os aspectos chaves que devem ser assimilados pelos Governos, consumidores e o sector privado afim de habilitar o sector privado. Realçou que o Governo pode habilitar o sector privado através da abordagem dos desafios acima referidos e o sector privado pode habilitar-se a si próprio sendo pró-activo, unido e coerente ao falar de uma só voz; enquanto que os consumidores podem habilitar o sector privado pela sua exigência para com os produtos e serviços, a confiança e a confidência nas operações do sector privado.

Aspectos destacados:

49. Foram seguintes os aspectos abordados:

- A CUA deverá conceber mecanismos de garantia e desenvolver modelos padrões obrigatórios para propiciar um clima de prosperidade do sector privado;
- Familiarizar-se com as melhores práticas ao invés de reinventar a rotação ;
- Criar os mecanismos de execução e de acompanhamento para o desenvolvimento da estratégia;
- Necessidade para uma estratégia adequada de engajamento com os actores pertinentes nomeadamente os bancos, as multinacionais alguns dos quais não se encontram aqui representadas .

Recomendações

50. Foram feitas as seguintes recomendações :

- A CUA, o BAD e a CEA devem avaliar a possibilidade de criação de institutos Africanos para a formação de empresários em Africa; e

- A União Africana deve conceber os instrumentos e os padrões obrigatórios a serem seguidos pelos Estados-membros que possam propiciar um clima favorável e conducente à prosperidade do sector privado.

XI Apresentação da Matriz de Plano de Acção

52. A Comissão da União Africana apresentou a Matriz do Plano de Acção baseada em apresentações anteriores e em recomendações emanadas do Fórum. Os comentários sobre a Matriz foram nela incorporados. Recomendou-se que:

- A CUA deveria conceber mecanismos de execução e de acompanhamento para o Plano de Acção ;

- Solicitou-se à CUA para considerar o engajamento dos actores relevantes nomeadamente os bancos, as multinacionais e as grandes

empresas tendo em conta que também eles tem um papel a desempenhar no desenvolvimento do continente; e

- A CUA deve tudo fazer para garantir que outros fora como a da Mesa Redonda dos Empresários e a Câmara de Comércio e Indústria Pan-africana sejam envolvidas e que as actividades sejam complementares.

53. Uma cópia do esboço da Matriz encontra-se em anexo a este documento. Será refinada e actualizada após consultas posteriores com a comunidade de negócios e as CERs.

XII. Adopção do Relatório

54. O Fórum adoptou o seu relatório .

XIII. Sessão de Encerramento

54. A sessão de encerramento foi feita pela Dra. Asfour da Associação das Mulheres Empresárias do Egipto e pelo Dr. Maxwell M. O Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da UA. A Dra. Asfour apresentou os seus agradecimentos a todos os participantes pela sua participação no Fórum. Expressou a sua apreciação pelo nível e qualidade de debate e pelo facto do tema ter sido debatido exaustivamente. Apelou os participantes a levarem o tema aos países respectivos afim de assegurar que o FABRICADO EM ÁFRICA permaneça um lema chave para promover os produtos e os serviços produzidos em África.

55. O Dr. Mkwezalamba agradeceu os participantes pelas suas valiosas contribuições ao Fórum. Caracterizou o Fórum como um êxito inquestionável. Expressou o seu apreço pela qualidade das apresentações e pela riqueza do debate. Realçou que o tema do Fórum levou em conta a necessidade de habilitar o sector privado afim de fazer face aos desafios futuros. De igual modo, saudou as recomendações do Fórum, que serão apresentadas aos Órgãos da UA. Desejou a todos os participantes um bom regresso aos seus países. Finalmente declarou o encerramento oficial do segundo Fórum da União Africana para o Sector Privado.

56. A Sra. Quachey de Lúcia, Presidente da Associação das Mulheres Empresarias de Gana apresentou a moção de agradecimento em nome dos participantes.

FÓRUM DA UNIÃO AFRIAA PARA AO SECTOR PRIVADO

MATRIZ DE PLANO DE ACÇÃO

Área temática	**Aspectos Chaves**	**Acção necessária**	**Actores**	**Calendário**
Comércio Intra-Africano	Barreiras Não-tarifárias	Alfândegas – Simplificação de normas aduaneiras, imigração e outros controles Bloqueios Rodoviários – Implementação efectiva de acordos de transportes rodoviários	Governo e CERs, CUA Governos	Em curso De imediato
	Necessidade de diversificação	Implementar as políticas de incentivo à diversificação Diversificar o Sector Privado	Governo e Sector privado	De imediato Dentro de 5 anos
	Qualidade	Padronização – Melhorar a qualidade do produto e adoptar os padrões internacionais	Sector privado	Dentro de 5 anos
	Custos de Transportes	Melhorar a eficácia dos sistemas de transportes	Governo e Sector privado	Dentro de 5 – 10 anos
	Diálogo sectores Público e Privado	Criar um quadro consultivo institucional entre os governos, o sector privado e a sociedade civil Unir o sector privado para falar de uma só voz	Governo e Sector privado	De imediato De imediato

Área temática	**Aspectos Chaves**	**Acção necessária**	**Actores**	**Calendário**
	Reforço da capacidade Institucional	Reforçar as unidades do sector privado dos governos, ministérios, CERs, CUA e outros organismos	Governo, Sector privado, CERs, CUA	Dentro de 5 anos
	Execução de acordos comerciais	Implementar de forma eficaz estes acordos Acelerar a assinatura de novos acordos de comércio	Governos	De imediato De imediato
Comércio Internacional	"Fabricado em África" aos Mercados Africanos	Eliminar todas os tipos de barreiras não tarifárias ao comércio com o mundo exterior Aprimorar a qualidade dos produtos Africanos e adoptar os padrões internacionais	Governo Sector privado,	
Papel dos Media	Relato positivo	Formar os profissionais dos Media	Governo, Sector privado, media	
	Pesquisa para a Informação	Pesquisar e Difundir Informação sobre a promoção dos produtos Africanos	Profissionais dos Media	
	Marcas	Criar uma marca de identificação dos produtos fabricados em África para todos os Produtos	Sector privado	
	Comércio electrónico	Adoptar o comércio electrónico como um instrumento de promoção dos produtos e serviços Africanos	Media, público e privado	

Área temática	**Aspectos Chaves**	**Acção necessária**	**Actores**	**Calendário**
As Mulheres e o Sector Informal	Papel do sector informal	Integrar o sector informal numa política e num quadro mais abrangentes Formação, instrução funcional e desenvolvimento empresarial, particularmente para as mulheres que constituem 85% dos operadores do sector informal	Governo Governo e Sector privado	
	Grupos Femininos Organizados	As mulheres carecem de habilitar-se a si próprias para falarem de uma só voz e influenciar as políticas governativas	Associações de Mulher e Governos	
Ciência e Tecnologia	O Papel da Ciência e da Tecnologia	Insistir junto dos Governos no sentido de aumentarem as suas despesas para a P&D, ciência e tecnologia Interligar todas as instituições do continente vocacionadas para a ciência e a tecnologia a fim de partilharem as informações sobre o desenvolvimento Reforçar a tecnologia com base em ensinamentos tradicionais	Governo CERs, CUA Instituições vocacionadas para a ciência e a tecnologia	
	A Ciência e a tecnologia -domínios de crescimento futuros	Integrar a ciência e a tecnologia nos currículos de ensino secundário e terciário	Governo	
Oportunidades de	Paz e Segurança	Promover a paz e a segurança em prol do desenvolvimento	CUA e Governos	

Área temática	**Aspectos Chaves**	**Acção necessária**	**Actores**	**Calendário**
Investimentos	Governação e Corrupção	Incentivar os Governos a aderirem-se ao Mecanismo de Revisão dos Pares e implementar os protocolos sobre o combate à corrupção	CUA, NEPAD, Sector privado	
	Desenvolvimento do Empresariado Local	Formar e reforçar as capacidades negociais dos empresários locais	Governo, BAD, Sector privado e CSOs	
	Ausência de políticas adequadas de apoio aos processos de fabrico	Implementar as políticas viradas para o incentivo ao investimento nas industrias de fabrico	Governo	
	Clima de Investimentos	Propiciar um clima favorável ao investimento	Governo, CERs, CUA	
Financiamento do sector Privado	Acesso às finanças	Instituir políticas que facultem o acesso às finanças com destaque para as PMEs Criar as facilidades para o empréstimo a longo prazo Reforma institucional das instituições financeiras Promover esquemas de garantia de capital de risco e de crédito ao investimento Tratar os problemas da corrupção no sector bancário	Governo Governo, BAD, Instituições de desenvolvimento financeiro Governo Governo, BAD, Instituições de desenvolvimento financeiro Governo e Sector Privado	

Área temática	**Aspectos Chaves**	**Acção necessária**	**Actores**	**Calendário**
Promoção das PMEs	Quadro Legal para as PMEs	Implementar um quadro legal de apoio às PMEs	Governo	
	Capacidade negocial	Incrementar a capacidade negocial e os acordos PPP	Governo e Sector Privado	
Micro finanças e as PMEs	Quadro Legal para as instituições de micro finanças	Criar um quadro adequado para a promoção do desenvolvimento das instituições de micro finanças	Governo	
	Quadro Político para o desenvolvimento das PMEs	Criar um quadro apropriado para o desenvolvimento das PMEs	Governo	
Habilitação Económica do sector privado	Reforço de Capacidade	Fortalecer a capacidade do sector privado para engajar os governos sobre os aspectos pertinentes ao desenvolvimento Formação em capacidades de gestão	Governo e Sector Privado Governo e Sector Privado	
	Criação de Ambiente favorável	Criar um ambiente favorável à operacionalização do sector privado	Governo	

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2007

Report of the second Pan-African private sector forum

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4439

Downloaded from African Union Common Repository